

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 12457/2020

1- DO OBJETO

- 1.1. Aquisição, sob demanda, de INSUMOS PARA RAIOS X, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertão pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas na Requisição de Compras acostada às fls. 03/04, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.
- 1.2. Requisitante: Hospital Municipal Raul Sertão;
- 1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico via registro de preços com base na Lei 10.520/2002 c/c Lei 8.666/1993 c/c Decreto Federal nº 1024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;
- 1.4. Período: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2- DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

COTA EXCLUSIVA			
1	FILME CONVENCIONAL PARA RAIOS X – TAMANHO 13 X 18 CM – CAIXA COM 100 PELÍCULAS	Caixa	10
2	FILME CONVENCIONAL PARA RAIOS X – TAMANHO 18 X 24 CM – CAIXA COM 100 PELÍCULAS	Caixa	500
3	FIXADOR – GALÃO DE 38 LITROS	Galão	250

4	CASACOS BLUMBÍFEROS (CASADOS DE CHUMBO)	Unid.	5
5	PROTETOR DE TIREÓIDE	Unid.	5
6	NUMERADORES DE CHUMBO	Caixa	6
7	CHASSI 35 X 43 CM	Unid.	7
8	ECRANS 35 X 43 CM	Unid.	7

COTA PRINCIPAL			
9	FILME CONVENCIONAL PARA RAIOS X - TAMANHO 24 X 30 CM - CAIXA COM 100 PELÍCULAS	Caixa	375
11	FILME CONVENCIONAL PARA RAIOS X - TAMANHO 30 X 40 CM - CAIXA COM 100 PELÍCULAS	Caixa	375
13	FILME CONVENCIONAL PARA RAIOS X - TAMANHO 35 X 35 CM - CAIXA COM 100 PELÍCULAS	Caixa	375
15	FILME CONVENCIONAL PARA RAIOS X - TAMANHO 35 X 43 CM - CAIXA COM 100 PELÍCULAS	Caixa	480
17	FILME CONVENCIONAL PARA RAIOS X - TAMANHO 15 X 40 CM - CAIXA COM 100 PELÍCULAS	Caixa	300
19	REVELADOR - GALÃO DE 38 LITROS	Galão	188
21	FILMES PARA MAMOGRAFIA 24 X 30 CM - CAIXA COM 100 PELÍCULAS	Caixa	375
23	FILME PARA MAMOGRAFIA 18 X 24 CM - CAIXA COM 100 PELÍCULAS	Caixa	375

COTA RESERVADA			
10	FILME CONVENCIONAL PARA RAO X - TAMANHO 24 X 30 CM - CAIXA COM 100 PELÍCULAS	Caixa	125
12	FILME CONVENCIONAL PARA RAO X - TAMANHO 30 X 40 CM - CAIXA COM 100 PELÍCULAS	Caixa	125
14	FILME CONVENCIONAL PARA RAO X - TAMANHO 35 X 35 CM - CAIXA COM 100 PELÍCULAS	Caixa	125
16	FILME CONVENCIONAL PARA RAO X - TAMANHO 35 X 43 CM - CAIXA COM 100 PELÍCULAS	Caixa	120
18	FILME CONVENCIONAL PARA RAO X - TAMANHO 15 X 40 CM - CAIXA COM 100 PELÍCULAS	Caixa	100
20	REVELADOR - GALÃO DE 38 LITROS	Galão	62
22	FILMES PARA MAMOGRAFIA 24 X 30 CM - CAIXA COM 100 PELÍCULAS	Caixa	125
24	FILME PARA MAMOGRAFIA 18 X 24 CM - CAIXA COM 100 PELÍCULAS	Caixa	125

### 3. DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das Unidades de Saúde que compõem sua estrutura com a devida previsão dos itens nelas utilizados.

3.2. A presente aquisição possui o fito de atender a demanda do Hospital Municipal Raul Sertã pelo período de 12 (doze) meses. Conforme informações expostas no documento de fls. 05/06 do processo administrativo em referência, a média de filmes revelados na Unidade Hospitalar considerando o atendimento de pacientes internados, pacientes do ambulatório, pacientes do C.T.U., pacientes do SISREG, pacientes de outros municípios, bem como os pacientes acometidos pela COVID-19 (atendimento externo/interno), apresenta em média um total de mais de 680 (seiscentos e oitenta) películas/filmes dia, o que remete a um quantitativo de aproximadamente mais de 20.580 (vinte mil, quinhentos e oitenta) revelações por mês, perfazendo uma média de mais de 246.96 (duzentos e quarenta e seis mil e noventa e seis) película/filme por ano.

- 3.3. O Setor responsável ressalta no documento de fls. 05, que a Unidade apresenta atualmente um aumento significativo no consumo de reveladores e fixadores, uma vez que as revelações dos exames são realizadas através de máquinas processadoras.
- 3.4. Cabe mencionar, ainda, o aumento considerável de acidentes de trânsito na cidade, o que demanda a necessidade de realização de exames de forma repetitiva a fim de se obter um melhor diagnóstico aos pacientes acidentados.
- 3.5. Frise-se que as especificações do objeto bem como seus respectivos quantitativos foram indicados pela equipe técnica do Hospital Municipal Raul Sertã, a qual se responsabiliza por todas as informações lançadas nos documentos acostados às fls. 03/07.

#### 4. DO LOCAL DE ENTREGA

- 4.1. A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto, de acordo com a necessidade e solicitação da Unidade Requisitante, no endereço arrolado abaixo:

\* HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ: Rua General Osório, nº 324, Centro, Nova Friburgo/RJ;

A entrega deverá ser realizada de segunda a sexta-feira das 09:00h às 17:00h (respeitando o horário de almoço das 12h00 às 13h00mim);

#### 5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. A Unidade Requisitante entrará em contato diretamente com a Contratada para que esta realize a entrega dos produtos logo após o recebimento da Nota de Empenho.

5.2. A entrega deverá ser realizada no horário e local descritos no subitem 4.1 do presente Termo de Referência.

5.3. A falta do material não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto, e não eximirá a

fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

5.4. Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e resultados requisitados.

5.5. A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

5.5.1. Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

5.5.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

5.5.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

## 6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

6.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

## 7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Os materiais serão recebidos:

7.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 dias úteis a contar do recebimento provisório.

7.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

## 8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto previsto no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos:

8.1.1 Elemento de despesa – 33.90.30.11;

8.1.2. Fonte de recurso 07 – SUS;

8.2. Quanto aos Programas de Trabalho serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

8.2.1. Hospital municipal Raul Sertã – 30001.10.302.0070.2.188;

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

## 9 – DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

## 10 – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam válidas e regulares:

10.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

10.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;v

10.1.3. FGTS;

10.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

10.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

10.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

10. 2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite a CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

10.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## 11 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

11.2. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

11.3. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

## 12 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 12.1. Caberá à Contratante:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

12.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

12.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

12.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



### 13 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

13.2. Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 10.1.1 a 10.1.6.

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

13.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

13.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

13.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

13.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no cumprimento da obrigação;

13.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.9. Manter-se, durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

13.11. A CONTRATADA deverá apresentar os materiais com data de validade de no mínimo 2/3 da validade total do material, na data da entrega na Unidade Requisitante. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela CONTRATANTE, poderá excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder à imediata substituição, à vista da inviabilidade dos produtos no período de validade.

#### 14 - DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

#### 15 - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições pactuadas, não haja prejuízo à execução do objeto e haja a anuência expressa da Administração.

## 16 - DO CONTROLE DA ENTREGA DO OBJETO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da presente contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso dos procedimentos, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93.

16.2. Para acompanhamento e fiscalização da entrega dos materiais, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

SERVIDOR	DESIGNAÇÃO
LEOPOLDINA DE FÁTIMA AZEVEDO REIS	FISCAL
FERNANDA NEVES DA V. PACHECO	GESTORA TITULAR
CÉRES LOURENÇO TEIXEIRA	GESTORA SUBSTITUTA

16.3. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do material, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega do material.

16.5. A verificação da adequada entrega deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

## 17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 17.1.1 - não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 17.1.2 - não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 17.1.3 - apresentar documentação falsa;
- 17.1.4 - deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 17.1.5 - ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 17.1.6 - não mantiver a proposta;
- 17.1.7 - cometer fraude fiscal;
- 17.1.8 - comportar-se de modo inidôneo;

17.2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.3 - O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 17.3.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 17.3.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 17.3.3 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;
- 17.3.4 - Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

17.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.6 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

17.7 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.8 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.9 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.10 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17.11 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.12 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 18 - DA RESCISÃO

18.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte da CONTRATADA, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

18.2. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Termo de Referência elaborado por:

Fernanda Veiga Pacheco  
Gestão de Processos e Contratos - SMS  
OAB/RJ 206.559

Ratifico o teor do presente Termo de Referência, nos termos da Lei 8.666/93:

Nicolle Ribeiro Lessa Cipriano  
Secretária Municipal de Saúde  
Matrícula 106.137